



# **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTV**

## **Demonstrações financeiras**

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO  
E INOVAÇÃO DE VITÓRIA – CDTV**

Relatório do auditor independente sobre  
as demonstrações contábeis  
**Referente ao exercício findo  
em 31 de dezembro de 2021**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS SOCIAIS E PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO EXERCÍCIO FINDO**

Relatório de Gestão da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV) referente ao exercício de 2021, em atendimento a Lei 6.404/76 e Art. 1º e ao Anexo III – Prestação de Contas Anual dos Ordenadores de Despesas da Administração Direta e Indireta, da Instrução Normativa do Tribunal, de Contas, do Estado do Espírito Santo – IN TC nº 043/2017, Decreto Municipal de nº 17.883, de 18 de outubro de 2019, em seu Art. 22

A Lei nº 2.669, de 13 de fevereiro de 1980, autorizou o Município de Vitória a constituir a Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV). Em 2020, a Lei nº 9.626 de 9 de março de 2020, alterou a denominação da Companhia para Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória (CDTIV), redefinindo também suas atribuições.

A CDTIV é uma empresa pública municipal, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade anônima, que iniciou suas atividades em 1987. Tem como único acionista o Município de Vitória.

A Companhia está estruturada em três atividades finalísticas: desenvolvimento, atuando com a concessão de áreas, imóveis e serviços públicos, empreendedorismo, negócios populares e cooperativismo, na intermediação do Projeto “Artes na Praça”, feira comunitária, fomento e apoio ao empreendedor e acesso ao crédito; turismo; atuando de forma integrada no planejamento dos objetivos e metas governamentais; coordenando a execução das políticas e diretrizes da administração municipal para o desenvolvimento do turismo no município; promovendo os programas de desenvolvimento de acordo com o Plano de Turismo de Vitória; e inovação, atuando na área desenvolvimento tecnológico, de inovação como resultado da implementação e critérios de viabilidade para a criatividade, gerando valores de mudança, melhoria e progresso em todas as atividades econômicas, sociais e culturais.

Em 2021, ainda diante de um cenário econômico adverso, em virtude dos efeitos da Pandemia do COVID-19, diversas atividades econômicas da CDTIV foram afetadas pelos reflexos negativos da crise. Também foram afetados grandes projetos turístico-culturais, como o Carnaval das Escolas de Samba, a tradicional festa de Réveillon de Vitória.

Em relação às Concessões, não houve a celebração de novos contratos. No entanto, mesmo diante desta realidade e com esforço da companhia, foram mantidos 17 contratos com concessionários. Esses contratos representam ao todo 48 imóveis cedidos, sendo 17 na Orla de Camburi, 16 na Curva da Jurema e 15 outros imóveis.

Buscando ter uma participação ativa na melhora do cenário econômico da Capital, alinhado com as diretrizes governamentais, a companhia atuou ativamente na manutenção de importantes projetos de apoio ao microempreendedor. Nesse sentido, o Centro de Apoio ao Empreendedor realizou em 2021, cerca de 2.357 atendimentos a MEI's, participando diretamente da abertura de 180 novas empresas, da intermediação na concessão de 144 empréstimos, no montante de R\$ 1.733.206,00, dentre outras ações. Para a gestão 2022, com a retomada da economia, a Administração espera ver uma melhora no seu ambiente de negócios. A Administração também atuará para melhorar a implantação de processos estruturados de governança, na melhoria da prática de gestão de negócios, na manutenção dos Contratos de Concessão e apoio ao Empreendedor.

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

À

**Administração e aos Conselheiros da  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE  
VITÓRIA - CDTIV**

Vitória -ES

### **Introdução**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos mencionados nas seções a seguir intituladas "Base para opinião com ressalva", parágrafo de ênfase e "Parágrafo de Incertezas", as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV** acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Base para opinião com ressalva**

Consoante a Ata de Reunião da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada ao vigésimo nono dia do mês de outubro de dois mil e vinte e um, destituiu os membros do Conselho de administração da CDTIV. Até a data de emissão deste Relatório, a Companhia, se encontrava sem este colegiado, órgão estatutário, de composição da administração da CDTIV.

Consoante os art. 22, do estatuto social da CDTIV, são atribuídas as competências do Conselho de Administração, que é o órgão de administração e de deliberação colegiada da Sociedade. Suas competências são expressas no art. 22 do referido documento, entre as quais, no inciso V, manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva, e

pareceres prévios à deliberação do Conselho de Administração sobre matérias específicas, por exemplo, relacionadas ao cumprimento das regras de Governança Corporativa (Estatuto - ART. 8º), regras de Transparência (Estatuto - ART. 9º), e regras quanto aos Mecanismos de Controle Interno (Estatuto - ART. 10º). Os responsáveis pela governança da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração de políticas, regimentos e normas de procedimentos, para possibilitar que a Companhia difunda informações suficientes em suas demonstrações contábeis para divulgação do seu resultado financeiro, em conformidade com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente. Estes assuntos foram informados à administração da Companhia no relatório circunstanciado de auditoria.

Em 31 de dezembro de 2021, a CDTIV possui valor líquido registrado no seu Ativo Circulante de Clientes de R\$ 84.467,15 (Nota 6). A Companhia não possui controle patrimonial que possa respaldar os saldos apresentados, bem como não foi possível verificar a composição do saldo, segregado que deveria constar no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante. A Companhia realizou análise sobre a constituição de provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 6), em relacionadas com a possibilidade de perda no recebimento de créditos. Os efeitos sobre os valores a receber e sobre a PECLD, pela falta de controle que possam ser considerados como um ativo de boa qualidade, bem como a parcela que possa ser considerada no Ativo Não Circulante, não foram determinados.

A PECLD envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação desta provisão leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias dos recebíveis, política de renegociação, bem como bem como deveria considerar a expectativa de realização dos créditos, em adição ao mínimo requerido pela norma vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos por cliente e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão. A provisão para PECLD leva em consideração a norma contábil emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 48 – Instrumentos Financeiros.

A Administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, não apresentou o teste de recuperabilidade de ativos – *Impairment Test* (Notas 11 e 12), conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (01) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Desta forma, não foi possível estimar os possíveis efeitos patrimoniais e no resultado, caso a Companhia tivesse realizado o referido teste, bem como não recebemos um laudo apresentando, que a Companhia não teve indicação de que um ativo ou uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), possam ter sofrido desvalorização, conforme preceitua o Item 9 do CPC 01 (R1). A administração informou que que no exercício de 2021 não houve movimentação expressiva no imobilizado, optando por não realizar a contratação de consultoria, por ser uma empresa pública e a administração deve seguir princípios norteadores como o da "economicidade". O Conselho Fiscal como órgão fiscalizador em 17 de dezembro de 2021, também, registrou recomendação para cumprimento da realização do *Impairment Test* conforme a NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo não gerador de Caixa e o Pronunciamento Técnico CPC 01 (01) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Verificamos que a Companhia não vinha reconhecendo a reserva legal nas demonstrações financeiras. Recomendamos a constituição da referida reserva conforme determina o Art. 193 da Lei 6.404/1976. A reserva legal deve ser constituída, obrigatoriamente, à razão de 5,00% do lucro líquido, até atingir 20,00% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos. Ainda recomendamos a administração da Companhia proceda ao registro da constituição da Reserva Legal referente a todos os períodos / exercícios anteriores nas quais houve apuração de lucro.

### **Parágrafo de ênfase**

O controle interno seria o ponto de partida para a realização de dos principais objetivos da auditoria independente. Esses controles são submetidos a procedimentos de auditoria para se evidenciar provas circunstanciais e relevantes da fidedignidade e integridade da eficácia da criação das informações que dão subsídio às demonstrações financeiras divulgadas. Desta forma, não é possível mesmo que por meio de testes alternativos de auditoria assegurarmos quanto a possíveis incertezas relacionados com o ambiente de controles internos organizacionais e os referidos às rubricas contábeis. Este assunto foi informado à administração da Companhia no relatório circunstanciado de auditoria. Os serviços de auditoria envolveram a execução de procedimentos contábeis, financeiros e patrimoniais para fins de recomendação de melhoria para os casos que necessitem de formalização de procedimentos, para evitar que, em certas circunstâncias, os processos, rotinas e atividades, fossem conduzidos de forma pessoal. Consideram-se insuficientes as informações apresentadas, para fins de resolução sobre as recomendações feitas pelos auditores anteriores, no fechamento das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020: (i) recomendação de atualização dos valores pagos indevidamente ou a maior de Tributos e Contribuições não atendida, por questões operacionais; (ii) necessidade de implantação de controles internos para cumprimento de obrigações inerentes à contabilidade societária, para cumprimento das obrigações acessórias, também apontada pelo Conselho Fiscal em reunião realizada em dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um; (iii) o conselho Fiscal como órgão fiscalizador registrou preocupação sobre a necessidade de consultoria para operacionalização pelos servidores relativo ao sistema informatizado – ERP.

### **Parágrafo de incerteza**

A contabilização das provisões – Passivo Não Circulante (Nota 18) – é realizada efetuada com base nas estimativas apresentadas pela assessoria jurídica da CDTIV. Os impactos decorrentes dos desfechos dos processos judiciais sobre as demonstrações contábeis são incertos.

### **Outros assuntos**

#### **Auditoria dos Valores Correspondentes aos Períodos Anteriores**

O balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentado para fins de comparabilidade, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 04 de maio de 2021, com opinião com modificação sobre as demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV**;



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO, TURISMO E INOVAÇÃO DE VITÓRIA - CDTIV** a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Vitória-ES, 31 de março de 2022.

**HMZ CONSULTORIA DE NEGÓCIOS EIRELI**

CRC-ES nº. 002591/O

FERNANDO NASCIMENTO

ZATTA:69125082787

Assinado de forma digital por FERNANDO

NASCIMENTO ZATTA:69125082787

Dados: 2022.04.04 18:49:41 -03'00'

Prof. Pesquisador Dr. Fernando Nascimento Zatta, PH.D

Contador CRC-ES nº. 5497/O

Sócio Responsável Técnico



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos doze do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às dez horas e trinta minutos, na sede da Companhia de Desenvolvimento de Vitória - CDV, situada na Rua Vitório Nunes da Mota, 220-Enseada do Suá - Vitória - ES, reuniu-se o Conselho Fiscal da Companhia para examinar as Demonstrações Financeiras do ano base de dois mil e vinte um, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Após a análise dos documentos e das informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal decidiram dar **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação das mesmas.



MIGUEL DOS SANTOS COSTA



MONICA CRISTINA VIEIRA MEIRA KANDLER



RILLER PEDRO SIDEQUERSKY

## Companhia De Desenvolvimento, Turismo E Inovação De Vitória – CDTIV

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro em reais

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
<b>Circulante</b>		<b>834.098,40</b>	<b>1.450.764,05</b>	<b>Circulante</b>		<b>719.586,91</b>	<b>1.357.031,47</b>
Disponibilidades		<b>654.537,17</b>	<b>1.129.999,54</b>	Fornecedores e outras contas a pagar	13	111,62	425.639,61
Bancos conta movimento	4	315.396,26	803.174,31	Obrigações trabalhistas		-	2.000,00
Aplicações financeiras	5	339.140,91	326.825,23	Obrigações fiscais	14	121.203,62	204.885,56
<b>Direitos realizáveis</b>		<b>179.561,23</b>	<b>320.764,51</b>	Obrigações Sociais	15	92.687,84	-
Contas a receber de concessionários	6	84.467,15	266.521,76	Provisões de férias e encargos	16	389.052,78	498.745,66
Impostos e contribuições a recuperar	7	9.473,52	5.387,89	Outros passivos circulantes	17	116.531,05	177.986,12
Almoxarifado	8	5.770,92	4.770,58	Provisões para contingências		-	47.774,52
Outros Créditos		2.762,31	727,88				
Adiantamentos	9	77.087,33	43.356,40				
<b>Não Circulante</b>		<b>8.431.841,00</b>	<b>5.761.952,38</b>	<b>Não circulante</b>		<b>179.245,03</b>	<b>328.424,74</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>-</b>	<b>27.549,29</b>	Provisões para contingências	18	179.245,03	328.424,74
Contas a receber de concessionários		-					
Depósitos judiciais		-	27.549,29				
<b>Investimentos</b>	10	<b>8.431.841,00</b>	<b>5.734.403,09</b>	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>8.511.940,17</b>	<b>5.760.138,60</b>
Investimentos		8.431.841,00	5.734.403,09	Capital social	19	3.740.825,00	3.740.825,00
<b>Imobilizado</b>	11	<b>92.197,14</b>	<b>174.872,45</b>	Ajustes de Avaliação Patrimonial	20	5.768.065,00	3.070.627,09
Imobilizado		92.197,14	174.872,45	Reserva Legal	21	18.487,25	15.769,75
<b>Intangível</b>	12	<b>52.635,57</b>	<b>58.005,93</b>	Prejuízos Acumulados		(1.015.437,08)	(1.067.083,24)
Intangível		52.635,57	58.005,93				
<b>Total do ativo</b>		<b>9.410.772,11</b>	<b>7.445.594,81</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>9.410.772,11</b>	<b>7.445.594,81</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Companhia De Desenvolvimento, Turismo E Inovação De Vitória – CDTIV**

**Demonstrações do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
em reais**

	Nota	2021	2020
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>6.171.110,96</b>	<b>10.897.801,93</b>
Subvenção econômica	22	5.553.000,00	10.506.938,02
Concessões	23	618.110,96	390.863,91
<b>Dedução da receita</b>		<b>(70.557,25)</b>	<b>(37.066,56)</b>
COFINS	24	(57.971,37)	(30.454,69)
PIS	24	(12.585,88)	(6.611,87)
<b>Receita Líquida</b>		<b>6.100.553,71</b>	<b>10.860.735,37</b>
<b>Despesas (Receitas) operacionais</b>		<b>(6.210.811,28)</b>	<b>(10.341.040,92)</b>
Despesas gerais e administrativas	25	(6.146.069,95)	(10.246.095,76)
Depreciação e Amortização	25	(94.675,67)	(102.447,25)
Despesas financeiras	25	(2.762,26)	(2.460,38)
Receitas financeiras	25	32.696,60	9.962,47
<b>Resultado operacional</b>		<b>(110.257,57)</b>	<b>519.694,45</b>
<b>Outras receitas</b>		<b>279.602,96</b>	-
Outras receitas	27	279.602,96	-
<b>Resultado antes CSLL e IR</b>		<b>169.345,39</b>	<b>519.694,45</b>
Contribuição Social	28	(32.028,20)	(57.255,74)
Imposto de Renda	28	(82.967,22)	(147.043,70)
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>		<b>54.349,97</b>	<b>315.395,01</b>
<b>Quantidade de Ações do Capital Social Integralizado</b>		<b>3740825</b>	<b>3740825</b>
<b>Lucro (Prejuízo)Líquido por Ação do Capital Social</b>		<b>0,015</b>	<b>0,0843</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Companhia De Desenvolvimento, Turismo E Inovação De Vitória – CDTIV**

**Demonstrações do Resultado Abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**em reais**

	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Resultado do Exercício</b>		<b>54.349,97</b>	<b>315.395,01</b>
<b>(+/-) Outros resultados abrangentes</b>			
Ajustes de Avaliação Patrimonial	20	2.697.437,91	3.070.627,09
Ajustes de Exercícios anteriores		13,69	20.405,70
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>2.751.801,57</b>	<b>3.406.427,80</b>

*As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.*

## Companhia De Desenvolvimento, Turismo E Inovação De Vitória – CDTIV

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em reais

Discriminação	Capital social	Lucros Acumulados	Reserva Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízo acumulados	Patrimônio líquido
<b>Saldos em 01/01/2020</b>	<b>3.740.825,00</b>	-	-	-	<b>(1.387.114,20)</b>	<b>2.353.710,80</b>
Lucro do período		315.395,01				315.395,01
Constituição de Reserva Legal		(15.769,75)	15.769,75			
Compensação Prejuízos Acumulados		(299.625,26)			299.625,26	
Ajuste de exercícios anteriores					20.405,70	20.405,70
Ajuste de Avaliação Patrimonial				3.070.627,09		3.070.627,09
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>3.740.825,00</b>	-	<b>15.769,75</b>	<b>3.070.627,09</b>	<b>(1.067.083,24)</b>	<b>5.760.138,60</b>
Lucro do período		54.349,97	-			54.349,97
Constituição de Reserva Legal		(2.717,50)	2.717,50			
Compensação Prejuízos Acumulados		(51.632,47)			51.632,47	
Ajuste de exercícios anteriores					13,69	13,69
Ajuste de Avaliação Patrimonial				2.697.437,91		2.697.437,91
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>3.740.825,00</b>	-	<b>18.487,25</b>	<b>5.768.065,00</b>	<b>(1.015.437,08)</b>	<b>8.511.940,17</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia De Desenvolvimento, Turismo E Inovação De Vitória – CDTIV

### Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro em reais

	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>54.349,97</b>	<b>315.395,01</b>
Ajustes por:		
Ajuste de exercício anterior	13,69	20.405,70
Depreciação e amortização	94.675,67	102.447,25
Provisão de perdas do imobilizado		
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>149.039,33</b>	<b>438.247,96</b>
<b>Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes e não circulantes</b>		
Contas a receber de concessionários (CP e LP)	182.054,61	(158.758,51)
Outros Créditos	(2.034,43)	(873,25)
Adiantamentos	(33.730,93)	2.711,72
Impostos e contribuições a recuperar	(4.085,63)	(6.065,21)
Estoque	(1.000,34)	6.546,40
Depósitos judiciais	25.549,29	(170,18)
Fornecedores e outras contas a pagar	(425.527,99)	(1.141.544,99)
Obrigações trabalhistas	-	(2.000,00)
Obrigações sociais	92.687,84	820,55
Obrigações fiscais	(83.681,94)	164.749,10
Outros passivos circulantes	(61.455,07)	
Provisões de férias e encargos	(109.692,88)	31.971,25
Provisões para contingências	(196.954,23)	305.168,06
<b>Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(617.871,70)</b>	<b>(797.445,06)</b>
Aumento de Capital		
Transferência para Investimento	(2.697.437,91)	
Aquisição de Imobilizado	(6.630,00)	
Aquisição de Intangível	-	(22.855,70)
<b>Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades investimento</b>	<b>(2.704.067,91)</b>	<b>(22.855,70)</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	2.697.437,91	
<b>Caixa líquido obtido/(aplicado) nas atividades Financiamento</b>	<b>2.697.437,91</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (Diminuição) de caixa e equivalente caixa</b>	<b>(475.462,37)</b>	<b>(382.052,80)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.129.999,54	1.512.052,34
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	654.537,17	1.129.999,54
<b>Variação de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(475.462,37)</b>	<b>(382.052,80)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **NOTAS EXPLICATIVAS – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DEZEMBRO DE 2021**

### **1) Contexto Operacional**

A Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória – CDTIV é uma Empresa Pública Municipal de direito privado sob a forma de Sociedade Anônima, sendo seu único acionista o Município de Vitória. A Companhia foi autorizada pela Lei Municipal/ES nº 2.669, de 13 de fevereiro de 1980, com as alterações constantes das Leis Municipais/ES nº 3.345, de 11 de julho de 1986 e 5.948, de 16 de julho de 2003, e Decreto Municipal/ES nº 13.112, de 23 de dezembro de 2006.

Constituída em 03 de abril de 1987, registrada sob o CNPJ nº 31.482.631/0001-18, seu objeto social é a execução das atividades de planejamento e desenvolvimento de projetos e concessões buscando a sustentabilidade dos empreendimentos para a Cidade de Vitória/ES, competindo-lhe especialmente, como objetivos gerais a formulação, supervisão e a implementação de uma política de desenvolvimento do Município de Vitória/ES, incentivando notadamente o desenvolvimento tecnológico além de promover a articulação para atrair a instalação de novas empresas no Município de Vitória, dentre outros objetivos. A partir de janeiro de 2018, as atribuições do Turismo do Município de Vitória passaram a ser geridas pela Companhia de Desenvolvimento de Vitória.

Em 2020 foi sancionada a Lei nº 9.626 de 09 de março de 2020, que alterou a denominação para Companhia de Desenvolvimento Turismo e Inovação de Vitória (CDTIV) e deu outras providências, com a finalidade de ajustar a nova demanda existente há uma denominação mais próxima de suas atribuições.

### **2) Aprovação e Apresentação das Demonstrações Contábeis**

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia de Desenvolvimento de Vitória.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem estimativas referentes à contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, tais como a determinação da vida útil econômica do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social e outras estimativas.

### **3) Resumo das Principais Práticas Contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Norma Internacional de Relatórios Financeiros (IFRS) para Empresas Pequenas e de Médio Porte e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Resolução CFC de nº 1.255, de 10.12.09, NBC TG 1000 – contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.



A Companhia é uma empresa estatal dependente municipal, portanto ela também realiza a Contabilidade aplicada ao Setor Público, sendo os relatórios contábeis elaboradas de acordo com os seguintes normativos e orientações aplicadas ao setor; Lei nº 4.320/1964; Lei complementar nº 101/2000; Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBC T SP); Parte V – Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP), do Manual de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP), 8º edição; e Disposições das normas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

**a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

**b) Classificação dos ativos circulante e não circulante**

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cujas realizações ou recebimentos dar-se-ão até o término do exercício seguinte.

**c) Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras**

Banco conta Movimento e Aplicações Financeiras incluem depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez. (Notas 4 e 5).

**d) Contas a receber de concessionários**

As contas a receber de concessionários (Nota 6) são registradas no ativo circulante e no não circulante de forma individualizada observando o regime de competência de exercícios.

**e) Investimentos**

O ativo classificado como Propriedade para Investimento refere-se a terreno mantido pela Companhia para obter renda, seja por locação ou por ganho de capital, e está classificado no Ativo não Circulante.

O Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 28 determina o seguinte conceito de Propriedade para Investimento: “é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte) mantida pelo proprietário (ou arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas”.

A Propriedade para Investimento pode ser avaliada a valor justo ou valor de custo (Nota 10)

**f) Imobilizado**

Os bens integrantes do Imobilizado (Nota 11) estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustado por depreciações acumuladas e quaisquer outras perdas. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas estabelecidas pela legislação do Imposto de Renda e CPC 01. (Nota 11)

**g) Intangível**

Os bens intangíveis compreendem Licenças de *Software* (Nota 12).

**h) Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do Balanço.

**i) Classificação dos passivos circulante e não circulante**

São apresentadas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas. Estão classificados no Circulante os Passivos vencidos ou a vencer, cujas datas de exigibilidade dar-se-ão até o término do exercício seguinte.

**j) Provisão para contingências**

A provisão para contingências (Nota 18) está relacionada a processos de natureza cível, trabalhista e ou fiscal. É reconhecida, em função de um evento passado, quando a CDV tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**k) Demais passivos**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

**l) Apuração do resultado**

O resultado das operações sociais é reconhecido em observância ao regime contábil de competência de exercício.

**m) Demonstração do Fluxo de Caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

**n) Estimativas Contábeis**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de julgamento na determinação e reconhecimento de estimativas contábeis. As estimativas da Administração envolvem a análise de ativos e passivos, mediante premissas que incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, valor residual do imobilizado, provisão para indenização trabalhista, valor justo para propriedade de investimento e outras estimativas e julgamentos feitos pela administração. Os resultados efetivos podem se apresentar diferentes dessas estimativas e julgamentos feitos pela Administração. A empresa declara que não identificou quaisquer outras informações relevantes e que pudessem impactar na tomada de decisões dos usuários de demonstrações contábeis.

**4) Banco conta Movimento:**

Banco conta movimento corresponde a depósitos bancários e de livre movimentação, assim representadas:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Banco Brasil – CDV/Subv – 9.875-2	1.102,25	1.002,25
Banestes S/A – B Ferreira – 27.078.989	299.340,47	788.661,03
Banestes Concessão – 28.977.619	4.048,89	13.411,03
Banestes Bradesco – 13.126-1	10.904,65	0,00
<b>Banco conta movimento</b>	<b>315.396,26</b>	<b>803.174,31</b>

**5) Aplicações financeiras:**

As aplicações financeiras são registradas pelo seu valor original. Os juros, atualização monetária, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor original, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Banestes Concessão/Aplicação 28.977.361	230.297,87	220.744,45
Banestes – Poupança/Caução	108.843,04	106.080,78
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>339.140,91</b>	<b>326.825,23</b>

**6) Contas a receber de concessionários:**

A CDV possui créditos com concessionários que estão sendo cobrados judicialmente. Foram feitas Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa com base no critério de probabilidade de perda dessas ações judiciais conforme relatório emitido pela Assessoria Jurídica da Companhia. A carteira de concessão está assim composta:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Clientes - Concessão - Ativo Circulante	1.375.130,78	1.557.185,38
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(1.290.663,63)	(1.290.663,62)
Clientes - Concessão - Ativo não Circulante	1.471.630,71	1.471.630,71
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(1.471.630,71)	(1.471.630,71)
<b>Contas a receber de concessionários</b>	<b>84.467,15</b>	<b>266.521,76</b>

**7) Impostos e contribuições a recuperar:**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
PIS a recuperar	1.486,98	952,06
COFINS a recuperar	7.935,98	4.385,27
INSS a recuperar	50,56	50,56
<b>Impostos e contribuições a recuperar</b>	<b>9.473,52</b>	<b>5.387,89</b>

**8) Almozarifado:**

O Almozarifado refere-se a materiais de consumo e expediente estimados a atender o consumo interno da Companhia.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Almozarifado</b>	<b>5.770,92</b>	<b>4.770,58</b>

**9) Adiantamentos:**

O valor refere-se a adiantamentos feitos a empresas e funcionários, cuja baixa acontecerá em janeiro de 2022.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Adiantamento de Férias	59.730,19	31.942,65
Adiantamento de Coopmetro	686,01	553,66
Vale transporte	0,00	4.141,80
Adiantamento p/funcionários	7.410,41	0,00
Adiantamento Repasse Consignado	296,34	0,00
Adiantamento Repasse Sindismuvi	51,16	0,00

Adiantamento IRRF S/Férias	8.913,22	6.718,29
<b>Adiantamentos</b>	<b>77.087,33</b>	<b>43.356,40</b>

#### 10) Investimentos:

No exercício de 2019, a Companhia de Desenvolvimento de Vitória - CDV, reclassificou a conta Terreno do grupo de Ativo Imobilizado como Propriedade Para Investimentos - PPI, no grupo Ativo Investimentos, sendo mensurado pelo “valor justo”. Valor este baseado no Parecer Técnico da Comissão Permanente de Engenharia de Avaliações – COPEA, da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT). A metodologia empregada no estudo apurou um valor de venda (valor justo), na época, de R\$ R\$ 5.734.403,09 para o Terreno. A reclassificação foi fundamentada conforme deliberação de Diretoria, onde fica clara a intenção da CDV em auferir renda e ganho de capital com este Ativo.

No exercício de 2021, baseado nos Pareceres Técnicos números 163 e 323/2021 do COPEA, foi apurado um valor de venda (valor justo) de R\$ 8.431.841,00 para o terreno.

	2021	2020
Propriedade para Investimento	2.663.776,00	2.663.776,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial a Valor Justo	5.768.065,00	3.070.627,09
<b>Propriedade para Investimentos</b>	<b>8.431.841,00</b>	<b>5.734.403,09</b>

#### 11) Imobilizado:

A Companhia possuía um Imobilizado no valor líquido no valor de R\$ 92.197,14. O método de depreciação utilizada é o linear.

A conta redutora Instalação Bens de Terceiro no Galpão das Paneleiras, cujo valor residual é de R\$ 125.543,20, contido no processo administrativo nº 4647095/2016, encontra-se em tramitação para doação ao Município de Vitória.

Os veículos, com respectivos patrimônios 311 e 312, totalmente depreciados e com valor total de R\$ 66.750,00, encontram-se em processo final de doação para Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento da Prefeitura de Vitória.

O valor da depreciação em 2021 foi de R\$ 89.305,31 e em 2020 de R\$ 98.419,48.

	Taxa de Depreciação	2021	2020
Móveis e Utensílios	10%	200.353,91	193.723,91
Aparelhos	10%	30.147,06	30.147,06

Som, Vídeo e Equipamentos	10%	8.496,90	8.496,90
Materiais Fotográficos e Equipamentos	10%	2.567,80	2.567,80
Veículos	20%	66.750,00	66.750,00
Equipamentos para Manutenção	10%	24.295,30	24.295,30
Maquinas de Produção	10%	127.330,40	127.330,40
Instalações Bens de Terceiros	10%	715.618,38	715.618,38
Equipamentos de Informática	20%	403.958,53	403.958,53
Máquinas de Escritório		274,63	274,63
Terrenos		0,00	0,00
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>		<b>1.579.792,91</b>	<b>1.573.162,91</b>
Galpão Panelleiras - Inst. Bens de Terceiro		(125.543,20)	(125.543,20)
<b>Contas Redutoras</b>		<b>(125.543,20)</b>	<b>(125.543,20)</b>
Depreciação Acumulada		(1.362.052,57)	(1.272.747,26)
<b>Imobilizado Líquido</b>		<b>92.197,14</b>	<b>174.872,45</b>

## 12) Intangível:

Os bens intangíveis compreendem os ativos de softwares. Foi utilizado o método linear para o cálculo das amortizações.

Em 2019 foi adquirido a licença de software: micro software SQL server, de vida útil perpétua, não sendo amortizado, portanto, o valor de R\$ 39.178,00.

O valor da amortização em 2021 foi de R\$ 5.370,36 e em 2020 de R\$ 4.027,77.

	2021	2020
Licenças SQL server	39.178,00	39.178,00
Uso de software	90.361,00	90.361,00
Licenças	22.855,70	22.855,70
<b>Bens intangíveis</b>	<b>152.394,70</b>	<b>152.394,70</b>
Amortização Acumulada	(99.759,13)	(94.388,77)
<b>Bens Intangíveis Líquidos</b>	<b>52.635,57</b>	<b>58.005,93</b>

## 13) Fornecedores e Outras contas a Pagar:

Em 2021 a empresa liquidou a maioria de seus contratos com fornecedores. Entretanto, o Contrato nr.28/2019, da empresa ESTELAR ILUMINAÇÃO EIRELI, teve a GLOSA do saldo a pagar, no valor de R\$ 57.054,76, conforme PARECER da Comissão de Fiscalização, DESPACHO do Presidente da Companhia

e subsequente ATO ADMINISTRATIVO de cancelamento de empenho, nos termos do Processo 9158/2019.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores e Outras contas a Pagar	<u>111,62</u>	<u>425.639,61</u>

**14) Obrigações Fiscais:**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Provisão para Imposto de Renda	82.967,22	132.076,46
Provisão para Contribuição Social	32.028,20	49.707,53
Provisão para PIS	897,81	4.115,30
Provisão para COFINS	4.328,50	18.955,37
ISS retido a recolher	0,00	30,90
IRRF a recolher	981,89	0,00
<b>Obrigações fiscais</b>	<u><b>121.203,62</b></u>	<u><b>204.885,56</b></u>

**15) Obrigações Sociais:**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
INSS a recolher	92.326,74	459,45
FGTS a recolher	361,10	361,10
<b>Obrigações Sociais</b>	<u><b>92.687,84</b></u>	<u><b>820,55</b></u>

**16) Provisões de Férias e Encargos:**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Férias a pagar - Diretoria	123.667,60	236.936,11
Provisão para Férias Funcionários	204.807,30	205.837,31
Provisão para INSS S/Férias	44.193,30	40.531,62
Provisão para FGTS S/Férias	16.384,58	15.440,62
<b>Provisões de férias e encargos</b>	<u><b>389.052,78</b></u>	<u><b>498.745,66</b></u>

**17) Outros Passivos Circulantes:**

O Valor de Caução refere-se a recursos provenientes de depósito de caução dos concessionários a serem restituídos aos mesmos no final do contrato.



O valor de adiantamento de clientes refere-se ao recebimento de concessões após publicada a PORTARIA Nº 11/2020.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Cauções	108.808,78	106.046,52
Adiantamento de Clientes	7.722,27	7.722,27
INSS a recolher	0,00	459,45
FGTS a recolher	0,00	361,10
Empréstimo Consignado Banestes	0,00	3.023,78
Pensão Vitalícia	0,00	60.373,00
<b>Outros Passivos Circulantes</b>	<b>116.531,05</b>	<b>177.986,12</b>

#### 18) Provisões para Contingências - PNC:

Referente a processos de natureza cível, conforme abaixo:

- Ação de indenização por danos materiais – autor Previdência USIMINAS – provisionado 100% do valor da ação, R\$ 114.245,03;
- Ação de obrigação de fazer e de não fazer – autor Pier Vitória Hotel Ltda – provisionado 50% do valor da ação, R\$ 15.000,00;
- Ação pública cível nº 5002127-59.2020.4.02.5001/ES – autor Associação Juntos SOS Espírito Santos Ambiental – provisionado 10% do valor da ação, R\$ 50.000,00

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Prov. Cont. Trab. – Benedito Modesto	0,00	92.248,12
Prov. Cont. Trab. – Sergio Paulo	0,00	56.931,59
Prov. Cont. Cível – Previdência USIMINAS	114.245,03	114.245,03
Prov. Cont. Cível – Pier Vitória Hotel Ltda	15.000,00	15.000,00
Prov. Cont. Cível – Associação Juntos SOS	50.000,00	50.000,00
<b>Provisão para contingência - PNC</b>	<b>179.245,03</b>	<b>328.424,74</b>

#### 19) Capital social:

O Capital Social integralizado é de R\$ 3.740.825,00 dividido em 3.740.825 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Capital Social Integralizado	3.740.825,00	3.740.825,00
<b>Capital social Integralizado</b>	<b>3.740.825,00</b>	<b>3.740.825,00</b>

## 20) Ajuste da Avaliação Patrimonial

Refere-se à diferença entre o valor justo e valor de custo do terreno avaliado pela COPEA – Comissão Permanente de Avaliação da Prefeitura Municipal de Vitória, obedecendo às diretrizes, às técnicas e as recomendações da NBR 14653 (ABNT).

No exercício de 2021, baseado nos Pareceres Técnicos números 163/2021 e 323/2021 do COPEA, o valor foi reavaliado, conforme abaixo:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ajuste da Avaliação Patrimonial	5.768.065,00	3.070.627,09
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>5.768.065,00</b>	<b>3.070.627,09</b>

## 21) Reserva Legal:

A reserva legal é instituída como forma de assegurar a integridade do capital social. A Lei 6.404/76, em seu art. 193, determina que as companhias devem constituir uma “reserva legal” que corresponda a 5% do valor do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Lucro do Exercício	54.349,97	315.395,01
Constituição de Reserva Legal	2.717,50	15.769,75

## 22) Receita Subvenção Econômica:

O valor refere-se a recebimento de transferência de recursos financeiros públicos da Prefeitura Municipal de Vitória, conforme previsto na Lei 9.626, de 09 de março de 2020, classificados como de natureza econômica, conforme prevê a Lei 4.320/64, §3º do seu art. 12.

As subvenções são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo. Dessa forma, a subvenção é reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a Companhia reconhece os custos e despesas relacionados à subvenção que são objeto de compensação.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Subvenções/PMV	5.553.000,00	10.506.938,02

<b>Receita Subvenção</b>	<b>5.553.000,00</b>	<b>10.506.938,02</b>
--------------------------	---------------------	----------------------

**23) Receitas Concessões:**

O valor refere-se às receitas advindas dos Contratos de Concessão de Uso de Bem Público do Município de Vitória, situados na Praia de Camburi, Curva da Jurema, Praça do Papa, Parque Moscoso, dentre outros.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Receita de concessões	618.110,06	390,863,91
<b>Receitas Concessões</b>	<b>618.110,06</b>	<b>390.863,91</b>

**24) Dedução da Receita Bruta:**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
COFINS s/Concessões	(57.971,37)	(30.454,69)
PIS s/Concessões	(12.585,88)	(6.611,87)
<b>Dedução Receita Concessões</b>	<b>(70.557,25)</b>	<b>(37.066,56)</b>

**25) Despesas (Receitas) Operacionais**

As Despesas Operacionais estão detalhadas conforme disposição abaixo:

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesas com Pessoal(Adm. e Efetivos)	1.537.272,61	4.048.991,34
Despesas com Encargos	298.045,17	932.848,17
Despesas com Serviços	779.536,10	1.050.462,43
Despesas com Materiais	10.603,11	98.165,46
Despesas com Impostos e Taxas	4.769,20	12.707,07
Despesas Complementares	452,85	41.876,32
Provisão de Despesas	691.741,11	236.176,62
Despesas com Convênios	0,00	2.766.524,57
Despesas com Pessoal (Usina)	811.169,88	903.100,48
Despesas Processuais	32.647,87	147.303,46
Despesas da Diretoria	1.495.616,36	320,00
Encargos Sociais Diretoria	484.215,69	0,00

Despesas não Dedutíveis	0,00	7.619,84
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>6.146.069,95</b>	<b>10.246.095,76</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Despesas de Depreciação	89.305,31	98.419,48
Despesas de Amortização	5.370,36	4.027,77
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>94.675,67</b>	<b>102.447,25</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Atualização Monetária	2.762,26	2.460,38
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>2.762,26</b>	<b>2.460,38</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Receita de Aplicações	12.315,68	8.358,34
Descontos Obtidos	161,16	0,00
Juros de mora	13.348,64	1.048,81
Variação monetária ativa	644,94	19,29
Multas - Concessão	5.225,16	536,03
Outras Receitas Financeiras	1.001,02	0,00
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>32.696,60</b>	<b>9.962,47</b>

## 26) Partes Relacionadas

Atendendo o disposto na Lei 13.303/2016 a Companhia faz divulgação do relacionamento e transações com partes relacionadas. O CPC 05 (R1), define partes relacionadas como sendo a pessoa ou entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações, tendo esta pessoa controle pleno e influência sobre a entidade. Conforme define o Estatuto, o Município de Vitória detém a totalidade do Capital Social da Companhia, sendo a competência da administração função privada do Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva exerce sua função de forma remunerada.

## 27) Outras Receitas:

Em 2021 a companhia registrou outras receitas referentes as seguintes operações:

- **Receitas Eventuais** – ref. crédito conforme contrato Bc. Bradesco nr. 121/2021, pela prestação de serviço de processamento e gerenciamento dos créditos provenientes de folha de pagamento e prestação de serviços bancários aos servidores da administração indireta do município de Vitória, compreendendo os ativos, estagiários e demais beneficiários com vigência de 01/07/2021 a 08/07/2026.

- **Recuperação Despesas** – ref. termo de confissão de dívida e acordo de pagamento nr. 01/2021, no valor total de R\$ 99.287,17, com vencimento da última parcela em 25/04/2022, conforme processo 9374/2020 – Instituto Smart City.

- **Glosa s/serviços contratados** – ref. glosa contrato 28/2019 - Estelar Iluminação Eireli, devido a não realização dos serviços contratados, com parecer da Comissão de Fiscalização, Despacho e Cancelamento de Empenho, nos termos do processo 9158/2019.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Receitas Eventuais	144.670,00	0,00
Despesas Recuperadas	37.503,00	0,00
Glosa s/Serviços Contratados	57.054,76	0,00
Reversão de Prov. Trabalhista	40.375,20	0,00
<b>Outras Receitas</b>	<b>279.602,96</b>	<b>0,00</b>

#### **28) Imposto de Renda e Contribuição Social:**

A Companhia é tributada pelo Lucro Real Trimestral. Os valores referem-se à apuração do 4º TRIMESTRE, com vencimento no exercício seguinte.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Provisão para Imposto de Renda	82.967,22	147.043,70
Provisão para Contribuição Social	32.028,20	57.255,74
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>114.995,42</b>	<b>204.299,44</b>

**Vitória (ES) 31 de dezembro de 2021**

**Evandro Figueiredo Boldrine**  
Diretor Presidente

**Alexsander Carvalho Nunes**  
Contador Comercial  
CRC-ES 10.948-O

**Letícia Laia Ricieri**  
Diretora Adm. Financeira

Este documento pode ser visualizado no endereço: <https://cdtiv.com.br/publicacoes>